



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL E EM PERNAMBUCO

Josefa Roberta Roque dos Santos

robertaroque23@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste

Brasil

Adriano Carvalho Silva

adrianocarvalho7@hotmail.com

Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste

Brasil

Katharine Ninive Pinto Silva

katharineninive@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Este estudo busca oferecer possibilidades para a discussão acerca das políticas educacionais desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade. Tendo como foco principal as políticas de avaliação de larga escala da educação básica no Brasil e no estado de Pernambuco. Situamos o estudo a partir da década de 1990 quando foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que se consolidou por meio das avaliações externas e tem como um dos seus objetivos avaliar a Educação Básica brasileira. Atualmente o SAEB é composto por três avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica, a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar e a Avaliação Nacional da Alfabetização. No intuito de sistematizar os resultados obtidos por meio das avaliações externas foi criado em 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Com a ampliação das políticas de avaliação educacional a nível nacional alguns estados começaram a produzir seus próprios sistemas de avaliação, Pernambuco, localizado na região Nordeste do Brasil, foi um desses Estados, criando em 2005 o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (SAEPE). Machado e Alavarse (2014) afirmam que os dados produzidos e as informações obtidas com as avaliações podem subsidiar a elaboração de políticas e ações educacionais pelos vários níveis da gestão da educação. Discutimos as principais críticas elencadas por estudiosos brasileiros as avaliações em larga escala e as políticas geradas a partir delas, partindo dessa perspectiva Coelho (2008) argumenta que essa política de avaliação foi desenvolvida como parte de uma nova política de regulação e de administração competitiva no contexto do Estado Avaliador. Ronca (2013) discute outro ponto de críticas às avaliações que o autor chama de caráter responsabilizador, ou seja, ele defende que a política de avaliações tem sido usada como forma de responsabilizar individualmente o professor pelo sucesso ou fracasso atingido. Diante do que foi pontuado nos questionamos: será que as avaliações da educação básica que vem sendo realizadas estão atendendo aos objetivos propostos, e possibilitando melhorias na qualidade da educação básica no Brasil e em Pernambuco? Elencamos como objetivos analisar se e como as avaliações da educação básica estão atendendo aos objetivos propostos e possibilitando melhorias na qualidade da educação básica no Brasil e em Pernambuco, fazer um levantamento das principais produções sobre as políticas de avaliação da educação básica no Brasil e em Pernambuco e identificar nessas produções aspectos que apontem ou não para a relação entre as políticas de avaliação e melhorias na qualidade da educação. A metodologia adotada para a pesquisa foi bibliográfica. A coleta de dados se deu através de levantamento e análise bibliográfica. Acreditamos que este estudo apresenta possibilidades para a problematização acerca das avaliações em larga escala no Brasil e em Pernambuco.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Avaliações em larga escala; qualidade da educação básica;



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

This study seeks to offer possibilities for the discussion about educational policies developed with the aim of providing a quality education. The main focus is the large-scale evaluation policies of basic education in Brazil and the state of Pernambuco. We set the study from the 1990s when the Basic Education Assessment System (SAEB) was created, which was consolidated through external evaluations and has as one of its objectives to evaluate the Brazilian Basic Education. Currently, SAEB is composed of three evaluations: the National Assessment of Basic Education, the National Assessment of School Income and the National Assessment of Literacy. In order to systematize the results obtained through external evaluations, the Basic Education Development Index (IDEB) was created in 2007. With the expansion of educational evaluation policies at the national level, some states started to produce their own evaluation systems, Pernambuco, located in the Northeast region of Brazil, was one of these states, creating in 2005 the Pernambuco Basic Education Assessment System (SAEPE). Machado and Alavarse (2014) argue that the data produced and the information obtained from the evaluations can subsidize the elaboration of educational policies and actions by the various levels of education management. We discuss the main criticisms highlighted by large-scale evaluations and the policies generated from them, starting from this perspective Coelho (2008) argues that this evaluation policy was developed as part of a new policy of regulation and competitive management in the context of the Appellate State. Ronca (2013) discussed another point of criticism of the evaluations that the author calls a responsible character, that is, he argues that the policy of evaluations has been used as a way to individually hold the teacher responsible for the success or failure reached. Faced with what was scored, we questioned: do the evaluations of the basic education that are being carried out meet the proposed objectives and enable improvements in the quality of basic education in Brazil and in Pernambuco? We aimed to analyze whether and how the evaluations of basic education are meeting the objectives proposed and enabling improvements in the quality of basic education in Brazil and in Pernambuco, to make a survey of the main productions on the evaluation policies of basic education in Brazil and in Pernambuco and identify in these productions aspects that point or not to the relationship between evaluation policies and improvements in the quality of education. The methodology adopted for the research was bibliographical. The collection of data was done through survey and bibliographic analysis. We believe that this study presents possibilities for the problematization of large-scale evaluations in Brazil and in Pernambuco.

Keywords: Educational policies; Large-scale assessments; quality of basic education;



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

As avaliações em larga escala tem sido o foco de discussões na área de educação, tendo em vista seu caráter abrangente dos processos educativos. No Brasil, a partir da década de 1990, avaliações desse tipo foram instituídas e começaram a ganhar força, mas foi a partir dos anos 2000 que elas se intensificaram. Temos hoje um sistema de avaliação nacional que contempla todas as nossas etapas de ensino, da educação infantil ao ensino superior, organizado de acordo com cada etapa de ensino, claro. O estudo que apresentamos aqui é fruto das nossas pesquisas acerca da temática, é uma parte importante, visto que trabalhamos em uma perspectiva de analisar os efeitos práticos de políticas educacionais. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa que está realizada, a fim de compreender as possibilidades de uso dos resultados das avaliações em larga escala por equipes gestoras de escolas públicas.

Diante do que foi apresentado, para efeito desse artigo nos propusemos a discutir: Se e em que medida as avaliações em larga escala da Educação básica, que vem sendo realizadas, estão atendendo aos seus objetivos e contribuindo com melhorias na qualidade da educação básica no País. Para efetivação da pesquisa definimos os seguintes objetivos: analisar se e como as avaliações e larga escala da educação básica estão atendendo aos seus objetivos, assim como as possibilidades que apresenta para a melhoria da qualidade da educação básica; identificar em produções recentes, sobre a temática, aspectos que apontem para a aproximação dessas avaliações com seus objetivos iniciais e a relação entre essas políticas de avaliação e a melhoria da qualidade da educação. Organizamos a discussão de forma a apresentar as principais avaliações em larga escala do Brasil e do Estado de Pernambuco, pontuando seus principais aspectos. Em seguida abordamos as produções acerca da temática, e as relações que aferimos delas para nossa discussão.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Estructura teórica / quadro conceitual

Na década de 1990 as reformas do Estado brasileiro se intensificaram. Um dos pontos dessa reforma foi a adoção de um modelo gerencial de administração pública, que entre outras características, definiu os objetivos a serem atingidos em forma de indicadores de desempenho. Coelho (2008) afirma que a partir desse modelo a gestão educacional e a avaliação passaram a ser enfatizadas como mecanismos de descentralização. Nesse contexto outro aspecto que concorreu para justificar a criação de um Sistema de avaliação nacional foi à falta de qualidade da educação, elencando-se assim, como foco para políticas educacionais, a busca por melhoria da qualidade da educação brasileira.

Nesse cenário o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi criado em 1990, é constituído por um conjunto de avaliações externas em larga escala, aponta como principal objetivo “realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir do desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado” (BRASIL, 2015). De acordo com a proposta governamental, o SAEB se apresenta com objetivo de avaliar a Educação Básica brasileira, tendo como foco ações de melhoria da qualidade da educação, universalização do acesso à escola, oferta de subsídios para formulação, reformulação e monitoramento de das políticas educacionais. Atualmente o SAEB é composto por três avaliações de larga escala: Avaliação nacional da Educação Básica (ANEB), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) (BRASIL, 2011).

Ainda de acordo com o Inep (2015) através das informações que são produzidas pelas avaliações externas podem ser formuladas e reformuladas políticas públicas de educação, assim como, possibilita o monitoramento e o acompanhamento do desenvolvimento da educação em municípios, estados, e a nível federal, podendo dessa forma, colaborar para a melhoria de qualidade, oportunidades e eficiência no ensino.

A avaliação Nacional da Educação Básica (aneb) é uma avaliação amostral, realizada com alunos das redes públicas e privada de ensino, matriculados no 5º e 9º anos do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio, trazendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

eficiência da educação brasileira (BRASIL, 2011). Uma das particularidades dessa avaliação é a aplicação também ser feita nas redes privadas de ensino, isso ocorre para que a avaliação possa vim a cumprir seu objeto de avaliar a educação brasileira como um todo, não se restringindo as escolas públicas.

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (anresc) conhecida como prova Brasil, criada em 2005, é uma avaliação censitária, aplicada no 5º ano e no 9º ano do ensino fundamental com objetivo de monitorar a qualidade das escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nos anos avaliados (BRASIL, 2011). A Avaliação Nacional da Alfabetização (Ana) é a mais recente entre as avaliações, seu primeiro ano de aplicação foi em 2013, assim como a anresc é censitária, sendo que é aplicada apenas no 3º ano do ensino fundamental, fim do primeiro ciclo de alfabetização, com o principal objetivo de avaliar os níveis de alfabetização e letramento, assim como as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas (BRASIL, 2011). As particularidades dessas avaliações se apresentam em relação ao público alvo. Ambas são avaliações em larga escala para o monitoramento do Ensino Fundamental das redes públicas de ensino.

Em 1996 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, lei nacional que regulamenta a Educação através do estabelecimento de diretrizes e bases para a área educacional, as políticas de avaliação em larga escala foram expandidas e consolidadas. A referida lei em seu Art. 9º estabelecendo as atribuições da união no que diz respeito à organização da educação nacional, o inciso trata da coleta, análise, e disseminação de informações sobre educação, e o VI trata claramente da criação de um sistema de avaliação nacional do rendimento escola em todos os níveis de ensino. Institui ainda no Art. 87º, parágrafo 3º, Inciso VI que todas as instituições de ensino fundamental devem se integrar ao sistema nacional de rendimento escolar. Que reforça a necessidade do Sistema Nacional de Avaliação.

Em 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) passou a “integrar” o SAEB. Um indicador de qualidade que teve suas bases instituídas a partir da implementação do Plano de desenvolvimento da Educação (PDE) um plano de metas e ações que apresenta como um de seus principais objetivos a melhoria na qualidade da educação brasileira. O IDEB se constitui



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

em um indicador que verifica “o cumprimento das metas fixadas no termo de adesão ao compromisso” (BRASIL, 2007). O objetivo é que em 2021 o Brasil alcance a nota 6 no índice, essa meta foi estabelecida tomando como parâmetro “os resultados de países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico (OCDE)” (CAMINI, 2013, p. 99). O IDEB é calculado e seus resultados são divulgados pelo INEP, tem por objetivo reunir em um único indicador dois conceitos importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar – dados de aprovação obtidos no senso escolar - e médias de desempenho nas avaliações em larga escala (BRASIL, 2011). Sendo assim o IDEB sintetiza os resultados, transformando-os em índice numérico.

Com a intensificação das políticas educacionais de avaliação a nível nacional, os Estados começaram a organizar seus próprios sistemas de avaliação com base no SAEB, para que também obtivessem informações para auxiliar na melhoria do resultado do IDEB a nível nacional. Pernambuco foi um desses Estados que investiram na criação do seu próprio sistema de avaliação, denominado de Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (SAEPE). A primeira aplicação de avaliação em larga escala pelo SAEPE foi em 2000, desde então o SAEPE foi reformulado no intuito de acompanhar os indicadores nacionais (SILVA, 2013).

Segundo Arruda e Nóbrega (2013) com a implantação do projeto de modernização do estado de Pernambuco, através da adoção de um modelo gerencialista de gestão, a partir de 2008 com o Projeto de Modernização da gestão e do Planejamento de Pernambuco (PNAGE-PE) foram estabelecidas metas para educação no Estado com o intuito de melhorar e elevar os indicadores da educação básica. O governo do estado iniciou o uma parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), por meio dessa parceria foram desenvolvidos vários meios de divulgação e apropriação dos resultados, dentre esses mecanismos estão a aplicação anual das avaliações, entrega dos resultados as escolas no mês de maio, boletins pedagógicos, divulgação de resultados via portal na internet, etc (SILVA, 2013).

Nos moldes do Saeb, o Saepe é uma avaliação que possibilita a comparação ao longo do tempo, entre si, das notas obtidas pelas escolas e Gerências Regionais de Educação (GRES) em todo o Estado. A partir de 2008 a avaliação do SAEPE passou a ser realizada anualmente (PERNAMBUCO, 2017). O SAEPE é uma avaliação em larga escala realizada com estudantes do



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

3º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, que mede o nível de aprendizagem dos estudantes em língua portuguesa e matemática. De acordo com a secretaria de educação de Pernambuco através do portal SIEPE os objetivos do SAEPE são: a produção de informações sobre o nível de aprendizagem dos estudantes nas habilidades e competências avaliadas; o monitoramento do desempenho dos estudantes no decorrer do tempo, assim como, avaliar o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas trazendo a possibilidade da execução de medidas que visem corrigir as distorções apresentadas; auxiliar na adaptação de práticas de ensino para as necessidades dos estudantes que venham a ser diagnosticadas; relacionar as “políticas de incentivos” com os resultados das avaliações, no intuito de diminuir a desigualdade e aumentar o nível de eficácia da escola; e por fim a composição de um índice nos moldes do IDEB, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE). Percebemos que o SAEPE gira em torno de possibilitar a melhoria nos índices do IDEB, e também como foco a melhoria da qualidade educacional no Estado (PERNAMBUCO, 2017).

O Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) foi criado para compor o Sistema de avaliação de pernambucano, é utilizado para aferir anualmente a qualidade da Educação do Estado. A forma de calculo, assim como, no IDEB é realizada através das notas obtidas na avaliação do SAEPE e a média de aprovação dos estudantes. De acordo com do governo do Estado o IDEPE aumenta as possibilidades de envolvimento da sociedade em prol da educação. É importante dizer que o IDEPE acompanha as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o IDEB, ou seja, alcançar em 2022 o objetivo de equiparar a qualidade da educação brasileira com a de países desenvolvidos. (PERNAMBUCO, 2017)

Outro aspecto que integra a política de avaliação de Pernambuco é o termo de compromisso, que foi criado para garantir que as escolas se comprometessem em elevar os seus indicadores educacionais de qualidade, funciona como um contrato assinado pelas equipes gestoras das escolas e fixado com a Secretaria de educação de Pernambuco, a partir dele são estabelecidas metas de desempenho a serem atingidas pelas escolas a cada ano, vale destacar que esse termo de compromisso tem o IDEPE como seu principal norteador. Compõe ainda esse sistema de avaliação o Bônus de Desempenho Educacional (BDE), que consiste em uma bonificação por resultados, um



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

prêmio para servidores das escolas e GREs que atingirem as metas estabelecidas no IDEPE. “É um incentivo financeiro repassado pelo Governo de Pernambuco que declara assim promover a qualidade do ensino e valorizar a remuneração dos profissionais da educação” (CAVALCANTI, 2011, p.83).

Autores como Freitas (2012), chamam atenção para o fato de que o Brasil vem assumindo políticas centradas no controle dos resultados e no controle dos processos. Essa política neoliberal consolidou as avaliações externas como elemento regulador dos processos de ensino, aprendizagem, professores, gestão e secretarias de educação. Freitas (2012) nos remete ainda às limitações da avaliação no sentido de abarcar apenas dois componentes curriculares - Língua portuguesa e matemática -, possibilitando o surgimento de um estreitamento curricular, que deixa de contemplar os demais componentes curriculares.

Algumas limitações existentes nas avaliações externas apontam que as mesmas não são suficientes para compreender a amplitude e a complexidade da realidade escolar, pois só dois fatores são contemplados: aprendizado e fluxo. E só as dimensões de linguagem e matemática. Dessa forma, não são considerados outros fatores muito importantes para a qualidade na educação como infraestrutura e recursos pedagógicos, gestão educacional, formação de professores, condições de trabalho dos profissionais da educação, nível socioeconômico dos alunos, características étnico-raciais e outras. O documento referencial da Conferência Nacional da Educação (CONAE, 2010), aponta que as outras variáveis que contribuem para a aprendizagem, citadas acima, devem ser contempladas nos processos de avaliação de larga escala.

III. Metodologia

Nossa pesquisa assume uma perspectiva qualitativa segundo Minayo (1998). Nos posicionamos dessa forma por compreender que a abordagem qualitativa possibilita a incorporação dos sujeitos, considerando seus diferentes aspectos: grupos sociais, crenças, valores, significados e condição social. Proporcionado à superação da matematização positivista. É importante destacar que a abordagem qualitativa não exclui ou se opõe a abordagem quantitativa de pesquisa, ambas podem ser utilizadas para o estudo do objeto, pois se complementam (MINAYO, 1998).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Uma pesquisa que visa à análise de uma política implantada, a partir das informações de quem diretamente se relaciona com essa política, ou seja, a partir dos atores sociais que vivenciam essa política na prática, como é o caso dos profissionais da educação, no que diz respeito aos resultados das avaliações em larga escala, a utilização dessa abordagem oferece uma gama maior de possibilidades de análise. Diante do exposto a nossa proposta é nos utilizarmos da perspectiva do materialismo histórico-dialética para a investigação do objeto. Nosso estudo foi bibliográfico e se deu através de levantamento sobre a temática e análise bibliográfica.

IV. Análise e discussão dos dados

Como apresentamos no primeiro tópico desse estudo, os objetivos das políticas de avaliação em larga escala a nível nacional e no estado de Pernambuco se assemelham, com a especificidade de que as avaliações estaduais surgem como um meio para melhorar os índices de desempenho dos alunos na média nacional, ou seja, no IDEB. Diante de tudo que foi apresentado, é importante retomar a proposta governamental acerca das avaliações em larga escala, então, de acordo com a proposta governamental, estas avaliações surgem com o objetivo de melhorar a qualidade da educação no Brasil traçando um panorama do desempenho das escolas brasileiras (BRASIL, 2011). A perspectiva oficial defende que, através da avaliação externa, é mais fácil enxergar as dificuldades e fracassos das escolas, podendo dessa forma sanar os problemas e melhorar a educação, pois os dados produzidos e as informações obtidas com as avaliações podem subsidiar a elaboração de políticas e ações educacionais pelos vários níveis da gestão da educação desde o governo federal até a gestão das escolas (MACHADO; ALAVARSE, 2014). Sendo assim, a argumentação oficial é de que, com a atual forma de avaliação, os professores e gestores poderiam identificar habilidades e dificuldades dos estudantes nas áreas da leitura e matemática.

As políticas de avaliação educacional de Pernambuco estão pautas no desenvolvimento do SAEPE e do IDEPE e apresentam objetivos semelhantes aos do sistema nacional de avaliação e do IDEB, pois, ambos apresentam como foco a melhoria da qualidade do ensino na educação básica, a elevação dos índices estadual e nacional, a produção de informações para subsidiar a formulação e



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

reformulação de políticas educacionais, entre outros aspectos. Vale destacar que o SAEPE tem um forte apelo a políticas de responsabilização dos profissionais da educação pelos resultados alcançados, subsidiadas pelo termo de compromisso e pelo BDE.

Tendo retomando os objetivos e a meta de incidir na melhoria da qualidade da educação, nossa análise está paltada nos autores e produções que estão citados durante o texto. Dito isso, iniciamos a discussão a partir de duas categorias gerais que elencamos: Potencialidades das avaliações em larga escala para interferir positivamente na melhora da qualidade da educação, e limitações das avaliações em larga escala no sentido do alcance de seus objetivos.

Potencialidades das avaliações em larga escala para interferir positivamente na melhora da qualidade da educação

Autores como Castro (2009), Pagnan (2016), Machado (2012) e soligo (2010) apresentam possibilidades, abrindo espaço para um processo de comunicação entre gestão, professores, e comunidade escolar, que vise não apenas a divulgação descontextualizada dos resultados, mas sim, a cooperação mútua, no sentido de fazer um bom aproveitamento dos resultados obtidos, propondo mecanismos de melhoria no ensino.

Pagnan (2016) destaca o uso da proposta de diagnóstico das avaliações em larga escala, no sentido de proporcionar a gestão escolar, a possibilidade de identificar os diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes de cada escola. Colocando na figura do gestor escolar a responsabilidade pela divulgação dos dados obtidos ao conjunto dos professores, o autor se refere apenas aos professores das disciplinas contempladas nas avaliações, ou seja, língua portuguesa e matemática, porém defendemos que as estratégias que podem vim a ser formuladas a partir dos resultados das avaliações externas, devem ser elaboradas de forma coletiva com a contribuição do gestor, do coordenador e dos professores de todos os componentes curriculares.

Machado (2012) acrescenta que a socialização dos resultados deve alcançar também os pais dos estudantes, para que eles tenham conhecimento do desempenho dos seus filhos. Nesse contexto o processo de divulgação dos resultados necessita ser pensado a partir da coletividade, entre os integrantes da escola, para possibilitar a compreensão e problematização da qualidade educacional (SOLIGO, 2010).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Soligo (2010) apresenta que é importante o conhecimento, pelos gestores e professores, da matriz curricular que norteia as avaliações. As avaliações SAEB, Prova Brasil, SAEP, possuem matrizes curriculares que estabelecem as habilidades e competências que os estudantes deveriam saber em cada ano avaliado. Avaliações como SAEPE e Prova Brasil contam ainda com uma espécie de revista que elencada detalhadamente as metas atingidas pelos estudantes e quais ainda precisam de um aprofundamento maior, esse mecanismo de retorno dos resultados é até bem pensado, porém estas revistas informativas levam muito tempo, meses após a realização das avaliações, para chegar às escolas o que dificulta traçar um plano de ação, tendo as revistas como base. A partir do conhecimento da matriz curricular é possível “problematizar a avaliação levantando críticas e soluções para problemas de aprendizagem. [...] e identificar situações que não aparecem nos resultados dos testes” (SOLIGO, 2010, p. 04).

Castro (2009) a autora vê possibilidades possíveis de melhoria da qualidade através da avaliação, porém acredita que ainda é necessário um trabalho voltado, para como pode ser feita a utilização dos dados produzidos pelas avaliações, para que os municípios e as escolas melhorem a qualidade do ensino oferecido e proporcionalmente aumentem os índices. Acreditamos que as avaliações e seus resultados apresentam possibilidades para a educação básica, porém, destacamos a importância de desenvolver meios de utilização dos resultados, não apenas pela a pressão para a melhoria dos índices, mas, sim para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Ainda na perspectiva de possibilidades de reutilização dos resultados que Machado (2012) indica a interpretação e o uso dos resultados no trabalho escolar, como meios para a gestão escolar. Baseando nos dados disponíveis “a gestão escolar pode ter elementos para lançar luzes sobre ao trabalho que é realizado com o objetivo de avalia-lo nas reuniões e no cotidiano da escola”. (MACHADO, 2012, p.32).

Limitações das avaliações em larga escala no sentido do alcance de seus objetivos

Nessa perspectiva Silva (2012, s.p) ao discorrer sobre as avaliações em larga escala, afirma que fazem parte das políticas de avaliação do Estado brasileiro sobre o sistema educacional, e caracterizam-se por induzir: “a) controle das instituições e dos sujeitos da educação; b) processos de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

homogeneização dos currículos e as práticas pedagógicas; c) centralização política na elaboração das políticas de avaliação”. Silva (2012) analisa que nas últimas décadas a avaliação vem perdendo seu caráter formativo, e sendo cada vez mais usada no sistema educacional brasileiro como forma de classificação e mensuração.

Freitas (2012) ao discutir sobre os reformadores empresariais da educação aponta que o tecnicismo atualmente é apresentado “sob a forma de uma teoria da responsabilização, meritocracia e gerencialista” (p.383), ou seja, se constitui na mesma perspectiva de racionalidade técnica, porém agora se apresenta como expectativas de aprendizagem que são mensuradas a partir da utilização de avaliações padronizadas, possibilitando o controle da força de trabalho que atua na escola, o autor denomina esta estrutura de neotecnicismo.

A análise feita por Freitas (2012) dessas categorias nos remete ao um sistema de responsabilização nos moldes SAEB, sendo aplicados testes para os estudantes, seguido por divulgação pública dos resultados das escolas, e também com recompensas e sanções, essa última se apresenta no SAEB em forma de bonificação por resultados, e/ou distribuição de financiamento pela união tendo como base as medias de desenho do IDEB. Assim como a responsabilização a meritocracia age no sentido de responsabilizar o sujeito individualmente pelos resultados alcançados, nessa perspectiva dadas as condições de igualdade de oportunidades os resultados dependeram do esforço do sujeito. “Nada é dito sobre a igualdade de condições no ponto de partida” (FREITAS, 2012, p. 383).

O autor apresenta ainda uma reflexão que consideramos consequência dos processos de avaliação em larga escala e da busca por alcance de resultados, afirmando que com a pressão sofrida pelos professores, eles tendem a deter maior atenção aos estudantes que tem mais condições de alcançar as medias de desempenho, tendo em vista que eles são cobrados para atingir essas metas, independente, das condições oferecidas (FREITAS, 2012). Essa questão da não consideração das condições oferecidas para a formulação do IDEB é recorrente nas discussões sobre avaliação em larga escala, uma vez que, não considerar aspectos como condições de trabalho dos professores, e da gestão, infraestrutura, perfil socioeconômico dos estudantes, entre outros aspectos



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

impossibilitam uma comparação entre escolas e sistemas de ensino que operam em condições diversas.

Freitas (2012) na conclusão de seu artigo elenca algumas consequências da adoção das políticas de avaliação como forma de alerta aos sistemas de ensino. O primeiro alerta feito pelo autor diz respeito ao processo de estreitamento curricular, que diz respeito aos conteúdos ensinados nas escolas, não é difícil entender esse processo, pois as avaliações em larga escala possuem uma matriz curricular especificando o que os estudantes devem saber quando da execução da prova, dessa forma, os sistemas de ensino buscam se adequar a essa matriz curricular para os estudantes apresentem bons resultados nas avaliações. As consequências desse processo são que “a escola cada vez mais se preocupa com a cognição, com o conhecimento, e esquece outras dimensões da matriz formativa, como a criatividade, as artes, a afetividade, o desenvolvimento corporal e a cultura” (FREITAS, 2012, p. 389). Sendo assim o foco é oferecer o básico, justificando para ter domínio de outros aspectos é preciso saber o básico.

Outra consequência apresentada por Freitas (2012) é o incentivo das competições entre profissionais da educação, escolas e sistemas de ensino, consequências do ranqueamento produzido, quando da divulgação midiática de resultados, e diminui a possibilidade de cooperação e colaboração entre os profissionais da educação. As pressões sofridas pelos professores para um bom desempenho dos seus estudantes. Assim como, a possibilidade de resultados fraudulentos são também consequências apresentadas por Freitas (2012).

V. Conclusões

Compreendemos que as reflexões aqui apresentadas desenham as políticas nacionais de avaliação tanto na perspectiva de mecanismo de melhoria da qualidade do ensino, mas também como uma política de cunho neoliberal, que impõe controle aos processos e resultados do ensino. Para tanto as políticas de avaliação educacional de Pernambuco estão pautadas no desenvolvimento do SAEPE e do IDEPE e apresentam objetivos semelhantes aos do sistema nacional de avaliação e do IDEB.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Os objetivos das avaliações em larga escala pautados em aferições, mensuração e produção de indicadores, são aqueles que ganharam mais ênfase nas políticas de avaliação. Isso se dá mediante todo o contexto de gestão gerencial na educação pública, que acaba por trazer para primeiro plano questões que ao nosso vê não deveriam ser o foco principal dos processos educativos escolares. Dessa forma os objetivos relacionados aos processos de melhoria de qualidade acabam por se esvaziar em uma lógica neoliberal que considera um índice fator central para “qualificar” a educação básica.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

ARRUDA, Ana Lúcia Borba; NÓBREGA, Cristiane Liberato. Planejamento educacional e a “modernização” da gestão educacional em Pernambuco: alguns apontamentos. RBPAAE - v. 29, n.32, p. 525-536, set/dez. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Diário Oficial da União Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: fev. 2017.

_____. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Institui a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em dez. 2016.

_____. Ministério da Educação. **O plano de Desenvolvimento da Educação**. Razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

_____. Portal avaliação. **Avaliação externa**. 2013. Disponível em: <HTTP: www.portalavaliacao.net/pagina-exemplo/tipos-de-avaliacao/avaliacao-externa>. Acesso em dez. 2016.

CAMINI, Lucia. **Política e gestão educacional brasileira**: uma análise do plano de desenvolvimento da educação/plano de metas compromisso todos pela educação. 1º ed. São Paulo: Outras expressões, 2013.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Sistemas de Avaliação da Educação no Brasil**: Avanços e Novos Desafios. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18 jan./jun. 2009.

COELHO, M. I. M. **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil**: aprendizagens e desafios. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, 2008.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação**: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento-Base. Brasília, DF: MEC, 2010a. v. 1-2.

DIAS SOBRINHO, José. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação a educação superior no Brasil. In: FREITAS, Luiz Carlos de (Org). **Avaliação**: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, p. 13-62, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os Reformadores Empresariais da Educação**: da Desmoralização do Magistério à Destruição do Sistema Público de Educação. Educação & Sociedade, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

MACHADO, Cristiane. Possíveis contribuições da avaliação externa para a gestão escolar. **Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional**. São Paulo, v. 12, n.1, 2012. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9327>>. Acesso em Dezembro de 2016.

_____, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **Avaliação interna no contexto das avaliações externas: desafios para a gestão escolar**. RBPAAE - v. 30, n. 1, p. 63-78, jan/abr. 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/viewFile/50013/31322>. Acesso em junho de 2015.

Minayo M.C.S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 5ª edição. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec- Abrasco, 1998.

PAGNAN, Celso Leopoldo. Avaliações externas: o ideb na visão dos gestores das escolas públicas. **Revista ensino & pesquisa**, v.14, n. 02, jul/dez 2016, p. 262-281. ISSN 2359-4381. Disponível em http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoe_pesquisa/article/view/929/611. Acesso em dez. 2016.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação do Estado de. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco**. Sistema de Informações da Educação Pernambuco (SIEPE). Disponível em <http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/>. Acesso em: fev. 2017.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação do Estado de. **Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco**. Sistema de Informações da Educação Pernambuco (SIEPE). Disponível em <<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/>>. Acesso em: jan. 2017.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação do Estado de. **Termo de Compromisso**. Disponível em <<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/>>. Acesso em: jan. 2017.

SANTOS, Almir Paulo; CARBONERA, Vânia. Gestão democrática da educação e avaliação em larga escala: implicações para o contexto escolar. **Poiésis, Tubarão**, v. 3, n. 6, p. 177 – 192, Jul./Dez. 2010.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 12ª ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____, Demerval. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, v.28, n.100, p.1231-1255, out.2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em janeiro de 2016.

SILVA, Ítalo Agra de Oliveira. **O Programa de Modernização da Gestão Pública: Uma Análise da Política de Responsabilização Educacional em Pernambuco no Governo Campos (2007 – 2011)**. Dissertação (Mestrado em Educação), UFPB, João Pessoa – PB, 2013.

SOLIGO, Valdecir. Possibilidades e desafios das avaliações em larga escala da educação básica na gestão escolar. **Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional**. São Paulo, v. 9, n.1, 2010.